Cadernos Macambira
*V. 6, Nº 1, 2021. Página **41** de **369**. **ISSN 2525-6580***
***Anais* IV Seminário Diversidade e Respeito às Diferenças – IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**. 06 a 08 de outubro de 2020. Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes.
http://revista.lapprudes.net/

Eixo 1: Educação Formal e Informal de Estudantes com Deficiência Intelectual

ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA AULA DE INGLÊS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Larissa Guadagnini*[1] - Governo do Estado de São Paulo

Melina Thais Silva Mendes[2] - Universidade Federal de São Carlos

Wandreia Lúcia de Oliveira Vestri Pedroso[3] - Governo do Estado de São Paulo

*Autora correspondente: larissaguadagnini@hotmail.com

RESUMO: O advento de inclusão escolar e os direitos educacionais dos alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE) previstos nas legislações brasileiras culminaram na garantia do acesso escolar, porém trouxeram inquietações acerca da permanência, principalmente aos alunos com deficiência intelectual que necessitam de estratégias específicas para seu desenvolvimento escolar. Para muitos alunos com deficiência intelectual a estratégia adotada para o acesso aos conteúdos escolares tem sido a adaptação curricular. Grande parte dos alunos do Ensino Fundamental II e Médio não possuem conhecimentos básicos de língua portuguesa, dificultando a obtenção aos conteúdos de outras disciplinas. A língua inglesa está estatisticamente entre as disciplinas de menor interesse pelos alunos, principalmente aqueles com alguma deficiência. Diante dos desafios impostos pela pandemia ocasionada pelo COVID-19, o presente relato de experiência traz como uma professora de inglês em parceria com a professora de Educação Especial tem trabalhado em colaboração para propiciarem acesso e desenvolvimento escolar para dois alunos com deficiência intelectual matriculados no segundo ano do Ensino Médio. As professoras elaboraram um material e estratégias divididas em duas etapas: Familiarização e O inglês nosso de cada dia. As etapas contaram com o uso das tecnologias, plataformas, vídeos, atividades impressas e uso de imagens. Conforme o relato das professoras é possível inferir que a experiência tem trazido ganhos consideráveis para a elaboração dos planejamentos colaborativos, uso de diferentes estratégias e ferramentas para adaptação curricular do conteúdo e proporcionado motivação e interesse dos alunos com deficiência intelectual na disciplina de inglês.

Palavras-chaves: Educação Especial. Adaptação Curricular. Deficiência Intelectual. Ensino de Inglês. COVID-19.

1 - Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Graduada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professora de Educação Especial – Deficiência Intelectual pelo Governo do Estado de São Paulo. Membro do Grupo Coração Azul.
2 - Doutoranda e Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista.
3 - Pós Graduada em Educação Especial e Inclusiva pela Anhanguera Educacional de Pirassununga. Bacharel e Licenciada em Letras – habilitações Tradutor e Intérprete na Faculdade Ibero – Americana de Letras Ciências Humanas. Professora de Inglês pela Prefeitura do Município de Araras/SP, pelo Governo do Estado de São Paulo e pela Cultural Norte Americana Idiomas – CNA.

INTRODUÇÃO

No Brasil, por muito tempo, a Educação Especial foi vista como uma modalidade de ensino dissociada do ensino regular, em que as pessoas com deficiência eram escolarizadas separadamente, em classes e escolas especiais. Essa visão perdurou até o final dos anos 90, quando diversos movimentos pela inclusão escolar desencadearam o surgimento de legislações e decretos voltados à inserção e permanência da pessoa com deficiência nas escolas regulares (MENDES, 2006).

Dentre esses movimentos, destaca-se a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais, que ocorreu em 1994 e resultou na Declaração de Salamanca, que ao lado de outras medidas destaca a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar, oferecida de preferência na rede regular de ensino (BRASIL, 2001a).

Nessa perspectiva, em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 9394/96), que, de acordo com o artigo 58, prevê atendimento educacional especializado e gratuito aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996; JANNUZZI, 2004).

Desde então surgiram outras medidas para propiciar o acesso e a permanência da pessoa com deficiência nas escolas da rede regular de ensino, com destaque para a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2008). O documento assegura o direito à inclusão escolar dos alunos com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas desde a educação infantil até o ensino superior, bem como define como alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE)*[1] aqueles que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BRASIL, 2008). Outra medida para salvaguardar esses direitos foi a promulgação do Decreto 7611, de novembro de 2011, que garante a distribuição e produção de recursos educacionais para acessibilidade, aprendizagem e permanência dos alunos PAEE nos sistemas regulares de ensino, por meio da oferta de serviços e ajudas técnicas que possibilitem o acesso ao currículo escolar. Ainda nessa perspectiva é publicada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015, que visando à inclusão escolar propõe: garantia de acessibilidade aos alunos com deficiência, combate ao preconceito e discriminação, atendimento educacional especializado, dentre outros.

Tais medidas culminaram na expansão do número de matrículas dos alunos PAEE nos sistemas regulares de ensino, entretanto, esse aumento não significa que o sistema educacional está organizado para atender à singularidade das pessoas com deficiência, pois

*O termo público-alvo da Educação Especial representado pela sigla PAEE tem sido utilizado atualmente nas pesquisas e aparece no presente artigo em consonância com o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. Esse grupo é composto por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Sendo assim, optamos por manter em todo o texto essa terminologia.

muitos desses alunos chegam ao Ensino Fundamental II e médio sem uma noção básica da leitura, escrita e raciocínio lógico (LIMA; DANTAS, 2013).

Fatores estes que dificultam o acesso dos alunos à todos os componentes curriculares, sobretudo os da disciplina de inglês uma vez que os alunos por não dominarem o básico da língua portuguesa apresentam certo desinteresse na disciplina, o que faz com que o ensino de inglês no Brasil seja considerado um tabu.

Segundo Polidório (s/d), apenas cinco por cento da população fala uma segunda língua e menos de três por cento têm fluência em inglês, desses menos de um por cento representa os alunos público alvo da educação especial.

Muitas são as dificuldades encontradas no ensino e aprendizagem dessa disciplina para os alunos com deficiência, sobretudo com deficiência intelectual, em virtude de suas características biológicas e cognitivas que, muitas vezes, os impossibilitam de beneficiar-se dos processos de ensino tradicionais (BRASIL, 2005).

Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010), a deficiência intelectual é marcada por limitações significativas no desenvolvimento da intelecção (absorção de conteúdo, raciocínio e resolução de problemas) e no comportamento adaptativo (situações sociais e práticas cotidianas), o que para Rossato, Constantino e Mello (2013), dificulta a aquisição da língua portuguesa e invariavelmente de uma outra língua, visto que a pessoa com esse tipo de patologia não compreende a estrutura social e cultural que está inserida, e assim não compreende a usabilidade da leitura e da escrita, independentemente da língua utilizada.

Em conformidade com isso, o professor deve estar continuamente repensando sua prática pedagógica, a fim de analisar e proporcionar estratégias para o aprendizado de todos os alunos, respeitando deste modo a singularidade de cada aluno. Para Stainback e Stainback (1999), um único conjunto de objetivos e atividades não supre a capacidade individual de aprendizagem de cada aluno.

A adaptação do currículo escolar constitui-se em alternativa de auxílio para professores na organização de estratégias educativas que subsidiem a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, independentemente de sua dimensão (LOPES, 2010; MINETTO, 2008; OLIVEIRA, 2008).

No estado de São Paulo há uma determinação na legislação das escolas estaduais prevendo a garantia da adaptação do currículo regular: a Resolução 61, de 11 de novembro de 2014, que prevê a necessidade de registrar o desempenho dos alunos com deficiência intelectual com base nas adaptações realizadas pelos professores na sala de aula comum, o que legalizou o uso das adaptações curriculares nas escolas da rede estadual paulista.

Nesse sentido, em 2015, o Governo do Estado de São Paulo colocou em vigor a nota técnica nº. 4, que, dentre outros aspectos, enfatiza a adaptação do currículo regular como um planejamento das ações pedagógicas dos professores, de forma a permitir variações no objetivo, no conteúdo, na metodologia, nas atividades na avaliação e na temporalidade dos conteúdos curriculares (SÃO PAULO, 2015).

Com vistas na preocupação de se manter toda a legislação vigente acerca dos direitos educacionais dos alunos PAEE e a grande preocupação atual, pois devido à pandemia ocasionada pelo COVID-19 e o fechamento das escolas tem revelado diversos desafios. Assim, o presente relato de experiência descreve como uma professora de inglês e professora especialista tem atuado de forma colaborativa para adoção de estratégias e adaptações visando promover o acesso e aprendizado do aluno com deficiência intelectual em tempos de pandemia.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O ano de 2020 tem sido marcado por um cenário mundial em que a pandemia do Covid-19 e suas consequências trouxeram diversos enfrentamentos e desafios, principalmente para o seu controle em que os seus efeitos ainda são desconhecidos. A medida comprovada por especialistas é o distanciamento social, porém, a recomendação provocou temporariamente o fechamento das escolas, surgindo assim um novo cenário para crianças, famílias, professores e equipe escolar.

Os sistemas de educação também entraram para lista de preocupações com a suspensão das aulas para todos os estudantes do mundo (WORLD BANK GROUP, 2020). No mês de março o governo de São Paulo, suspendeu as aulas presenciais por tempo determinado, considerando que na época o estado era o epicentro de contagio do vírus (CERCIATO; SILVA, 2020).

Após o fechamento as escolas o Ministério da Educação publicou a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020), em que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do ensino superior, e o cumprimento obrigatórios dos 200 dias letivos previstos na Lei Diretrizes e Bases no artigo 31 (BRASIL,1996) foram revogados. A partir deste movimento, as escolas viram-se diante da necessidade de se reinventar e rever seus calendários escolares.

No dia 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou, o Parecer CNE/CP 05/2020 que versando sobre as orientações para a reorganização do calendário escolar e para o cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual (BRASIL, 2020).

A suspensão das aulas trouxe ao centro do debate discussões fundamentais sobre o uso das tecnologias. Seguindo as orientações e normativas prevista no Parecer CNE/CP nº 9/2020 que prevê que as redes e instituições de educação básica e educação superior terão autonomia para delimitar a oferta de aulas e atividades escolares (BRASIL, 2020), as secretarias educacionais tem buscado medidas para ofertar o ensino com objetivo de mitigar as perdas de aprendizagem, utilizando, em sua maioria as plataformas digitais e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para que os estudantes desenvolvam em suas casas as atividades pedagógicas complementares (AVELINO; MENDES, 2020).

No cenário brasileiro, a substituição das aulas presenciais pelas ferramentas virtuais, revelam preocupações, principalmente para os estudantes que não possuem acesso. A cultura digital ou Cybercultura tem se apresentado como um grande desafio para as gestões

educacionais, pois além da precariedade vivenciada pelas escolas brasileiras, sem condições de fomentar o acesso, há uma grande lacuna entre o domínio e seu uso de forma dialética em prol da educação (AVELINO; MENDES, 2020).

A exclusão digital tem se apresentado como um desdobramento da exclusão social, requerendo a urgência de política públicas efetivas para sua implementação e o uso das tecnologias deveriam estar mais presentes no cenário educacional. A Cultura digital tem sido preconizada pela Base Nacional Comum Curricular, documento referencial de construção dos currículos brasileiros, como uma das 10 competências gerais a serem desenvolvidas durante toda a educação básica (BRASIL, 2017).

A ausência de uma política nacional que fornecesse subsídios necessários para educação fez com que cada estado se organizasse da melhor forma para fornecer o ensino e atingir os estudantes que não possuem acesso às plataformas digitais. Assim, o estado de São Paulo, optou pelo suporte via canal televisivo com o centro de Mídias Estadual, sendo ofertadas aulas pelo canal e virtual em horários alternados, com conteúdos curriculares oferecidos conforme o ano escolar e etapa da educação básica (VIEIRA; RICCI, 2020).

Apesar dos desafios supracitados, a comunidade escolar tem se reinventado e buscado adequar suas práticas educativas para um novo modelo postulado. O ensino começou a ocorrer de forma on-line e assíncrona com certa rapidez, havendo grande preocupação com o cumprimento dos calendários e a oferta do ensino de qualidade (ABREU, 2020).

Outro grande desafio, no momento atual, versa sobre a garantia dos direitos educacionais aos estudantes público alvo da Educação Especial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 assevera em seu texto que esses estudantes possuem do direito da matrícula preferencialmente dos na rede regular de ensino e a necessidade de oferta do Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 1996). Neste sentido, cabe às secretarias e instituições a garantia de condições e acesso educacionais.

Visando estabelecer garantias de direitos educacionais para os estudantes público alvo da educação especial, direcionando para ofertas de medidas, recurso e estratégias para atendimento para esse público não presenciais possam ocorrer com qualidade, o Conselho Nacional de Educação promulga o parecer 5/2020 com as normativas para o atendimento (BRASIL, 2020).

O ensino aos estudantes com deficiência intelectual deve conter especificidades que passam a ser ofertadas como respostas adequadas para o desenvolvimento educacional. Para isso, é preciso que considerem as características especificas da deficiência intelectual dimensionada em na conceituação e a necessidade de apoios para atingir o desenvolvimento e atender suas particularidades (OLIVEIRA, 2008). Desta forma, os estudantes com deficiência intelectual possuem uma forma de aprendizagem diferente das demais crianças, exigindo modificações na estrutura escolar e utilização de práticas curriculares diferenciada de acesso ao currículo.

Nesse âmbito, as adaptações curriculares se constituem como uma das formas de garantir o acesso ao currículo e nortear a prática pedagógica no processo de aprendizagem das crianças com deficiência intelectual, pois atende suas particularidades e promovem o desenvolvimento e aprendizagem das crianças (SANTOS, 2012).

No que se refere à aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, Oliveira (2008) cita estratégias importantes a serem utilizadas destacando: metodologias de ensino buscando alternativas pedagógicas para que a pessoa com deficiência intelectual seja participativa na sala de aula; nível e intensidade de apoios – definindo o nível de apoio de forma garantir diferentes conhecimentos, tendo por base o currículo da sala de aula; recursos de ensino – definir os recursos materiais e didáticos necessários para aprendizagem dos diferentes componentes curriculares, e, por fim, adequações curriculares individuais - definir e documentar as necessidades da criança com deficiência intelectual, baseado no currículo da etapa/série/ano em que está matriculada, relacionado: conteúdos, objetivos, procedimentos de ensino, avaliação e níveis de apoio especializado.

Em face das condições peculiares de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, a necessidade de um acompanhamento e estratégias elaboradas por um profissional especializado são essenciais para obtenção do sucesso e qualidade no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação e Cultura, o profissional que deverá atuar na Educação Especial, deverá ter sua formação inicial e continuada, baseada conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área, possibilitando para que sua atuação no atendimento educacional especializado e interdisciplinar com a atuação da sala comum (BRASIL, 2008).

Para Denari (2006), a formação do professor para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva deve contemplar: formação em nível superior, o que contrapõe qualquer formação em nível médio e em outras alternativas aligeiradas; a parte específica da formação deve ser sustentada em uma base comum, para que se assegure que, antes de tudo, o profissional seja um professor; e a parte específica deve ter como finalidade a atuação colaborativa entre o professor de Educação Especial e o professor do ensino comum, centrando o apoio pedagógico, sobretudo, no espaço da sala de aula regular.

Neste sentido, verifica-se a necessidade de um olhar aprimorado e minucioso para as condições e situações impostas aos alunos com deficiência intelectual. Desta forma, as adaptações curriculares tem se apresentado como importante estratégia escolar com objetivo de auxiliar os professores durante as aulas nas salas de aula regulares e por isso devem estar presentes em todo o período letivo, inclusive no momento de distanciamento social que estamos vivenciando. Para isso, se faz necessária a parceria e trabalho de colaboração entre o professor da sala comum e professor da Educação Especial.

A seguir será apresentada uma prática de adaptação curricular desenvolvida na aula de inglês durante o período de distanciamento social.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O relato mencionado nesse artigo faz referência a experiência vivenciada pela professora de língua inglesa do segundo ano do ensino médio e pela professora da Sala de Recursos, o trabalho em colaboração e oferta de ensino adequado as condições atuais para dois alunos com deficiência intelectual matriculados no segundo ano do Ensino Médio.

A experiência foi realizada em uma Escola Estadual do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, localizada na periferia de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, que foi construída e inaugurada no início dos anos noventa e atende crianças e jovens de 11 a 17 anos de idade, matriculados no ensino fundamental do ciclo II e médio, para os quais são ofertados alimentação, lazer e atividades pedagógicas. Tendo estas o objetivo de proporcionar ao educando aprendizagens significativas à sua vivência, como a leitura e a escrita (PINKE, 2015).

A escola atende cerca de 1093 estudantes, destes 521 matriculados no ensino fundamental ciclo II (6º ao 9º ano), 291 no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos, distribuídos em trinta e duas turmas regulares. A instituição conta ainda com a oferta de atendimento educacional especializado na sala de recursos, onde são atendidos os alunos com deficiência intelectual matriculados na unidade escolar e instituições próximas.

Na sala de recursos são ofertadas aos alunos com deficiência, atividades voltadas ao desenvolvimento da leitura, da escrita e do raciocínio lógico, bem como atividades de vida diária no contraturno. Já no período regular, cabe a professora da área da educação especial apoiar os professores regulares na elaboração e aplicação de adaptações curriculares, por meio de observações na sala de aula e estabelecimento de parcerias, as quais tem como foco garantir a participação dos alunos com deficiência nas atividades curriculares regulares.

Para tanto, há troca de informações e experiências entre o professor da rede regular de ensino e o educador especial, bem como planejamento e elaboração de atividades por ambos os profissionais, fatores estes que aconteciam no modo presencial durante as Atividades de Trabalho Coletivo (ATPCs), intervalos de aula e momentos oportunos como de planejamento coletivo e hora de trabalho e planejamento livre (HTPL).

Devido ao fechamento das escolas e o imperativo das aulas serem realizados no formato não presencial, a medida adotada para propiciar contato com os alunos, repassar os conteúdos e conhecimentos escolares foram o uso das Tecnologias e plataforma digitais. Desta forma, a Unidade escolar desse relato e professores tem se reunido constantemente com objetivo de repensar e avaliar como essas informações têm chegado e atingido os alunos.

Outra preocupação da Escola tem sido em relação aos alunos com deficiência intelectual. Assim, para tentar ofertar melhores condições de acesso e sucesso escolar, os professores regulares têm trabalhado de forma colaborativa com a professora da Sala de Recursos e buscado estratégias para fomentar e promover o desenvolvimento escolar desses alunos, por meio do uso de recursos tecnológicos.

Durante o planejamento a professora de inglês procurou a professora da sala de recursos e manifestou sua preocupação para adaptar os conteúdos para dois alunos com deficiência intelectual matriculados no segundo ano do ensino médio. Assim, as professoras decidiram por trabalharem em colaboração e planejarem suas ações diante do contexto.

Após a reunião de planejamentos, as professoras decidiram por atuarem utilizando as tecnologias digitais, considerando que os alunos tem acesso em seu ambiente familiar, porém com algumas adaptações.

A fim de que os alunos com deficiência intelectual compreendessem os conteúdos ministrados nas aulas de inglês e assim participassem das mesmas, foi proposto pela

professora de educação especial a utilização do *Power Point* com objetivo de torná-la mais visual, já que a mesma poderia pautar-se no uso de imagens e textos conforme ilustrado na Figura 1. Além disso, foi proposto também a oferta de explicações da professora em relação à matéria ofertada.

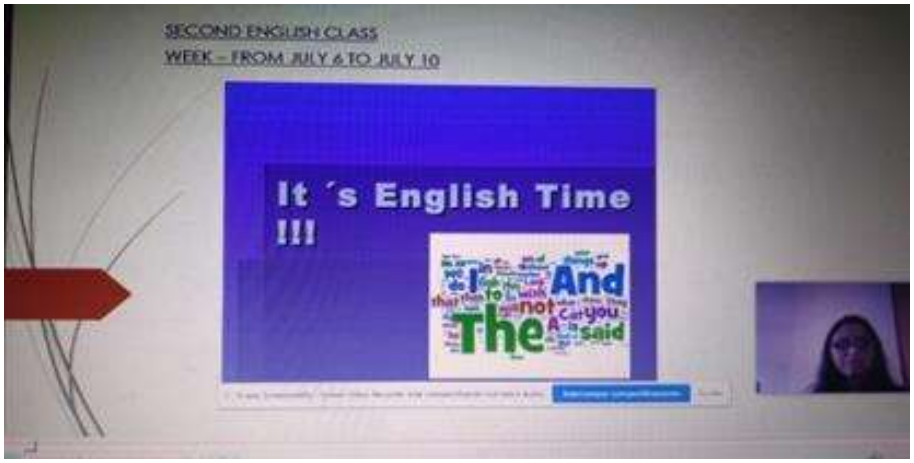

Figura 01 – Organização das atividades

Fonte: Autores (2020)

Esse material foi elaborado e utilizado pela professora de inglês em parceria com a professora da sala de recursos durante um bimestre e suas atividades foram divididas em duas etapas, sendo elas:

- *Familiarização:* nessa etapa a professora apresentou aos alunos a plataforma onde as atividades seriam postadas (*Google Classroom*), conversou com os alunos sobre sua forma de acesso e explicou que as aulas seriam reformuladas e por isso além de serem escritas, seriam apresentadas via *Power Point* e explicadas com o uso de vídeo.

Para tanto, foi enviada aos alunos uma mensagem via *WhatsApp*, nos grupos dos alunos do segundo ano do ensino médio. Nesse momento, os alunos puderam interagir com a professora e retirar dúvidas quanto o acesso e andamento das aulas.

Essa etapa teve a duração de duas aulas com 50 (cinquenta) minutos cada. Durante a aula os alunos com deficiência interagiram e fizeram perguntas referentes à periodicidade das atividades e explicações, forma de envio e atribuição de menções das mesmas.

Além disso, foi realizada uma videochamada, que contou com a participação dos alunos com deficiência intelectual, da professora da sala de recursos e da professora de inglês para reforçar as explicações dadas e ofertar orientações quanto a forma de disponibilização das atividades adaptadas, que além de ser postada no *Classroom* como as dos demais alunos, foi disponibilizada também no modo impresso.

Nesse momento, as professoras orientaram os alunos que as dúvidas referentes às atividades que surgissem, poderiam ser retiradas via áudio ou chamadas de vídeo pelo *WhatsApp* no período da manhã que é onde acontecem as aulas de inglês.

- *O inglês nosso de cada dia* – após informar os alunos sobre as aulas, a professora de inglês deu inicio as atividades, para isso postou no *Google Classroom* as aulas elaboradas no *Power Point* juntamente com os vídeos explicativos das aulas.

As aulas eram compostas por imagens e textos no *Power Point*, bem como por uma janela contendo o áudio e a imagem da professora. Optou-se pelo uso de imagem e áudio para que os alunos se sentissem acolhidos durante a realização das atividades.

Para Correa (2002), o uso de vídeo pelos professores dinamiza as aulas e dá veracidade as atividades ministradas, sendo, portanto, um recurso barato e que deve ser utilizado nas escolas como apoio a aprendizagem.

De forma a ilustrar a etapa, a figura 2 mostra a adaptação feita para o tema Natural *Desasters* (Desastres Naturais), cujo foco era ensinar o conceito de desastres naturais e sua identificação em inglês, de modo a ampliar o vocabulário dos alunos.



Figura 2 – Aula Natural Desasters

Fonte: Autores (2020)

Para tanto, foram colocadas imagens referentes à temática abordada e suas respectivas nomeações em inglês, dessa forma os alunos após identificarem do que se tratavam as imagens eram convidados a pronunciarem seus respectivos nomes em inglês e posteriormente anotavam em seus cadernos, para em um outro momento realizarem as atividades propostas pela professora.

Já a figura 3 tem como foco ilustrar as atividades dadas referentes ao assunto a todos os alunos da sala de aula.

Ainda a fim de garantir a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, foram elaboradas pela professora regular em parceria com a professora de Educação Especial atividades compostas por imagens e palavras em inglês para que os alunos as relacionassem. Essas atividades foram entregues impressas aos alunos.

Para isso, os mesmos foram informados pela professora da sala de recursos que além de pegarem as atividades dos atendimentos educacionais especializados seria disponibilizada

nas próximas semanas atividades impressas da disciplina de inglês, de modo a informar e incentivar os alunos PAEE a participarem das aulas.

O uso das atividades impressas foi acordado entre as professoras tendo em vista que todos os alunos têm buscado as atividades regularmente e sendo uma forma aditiva de auxiliar na aprendizagem.

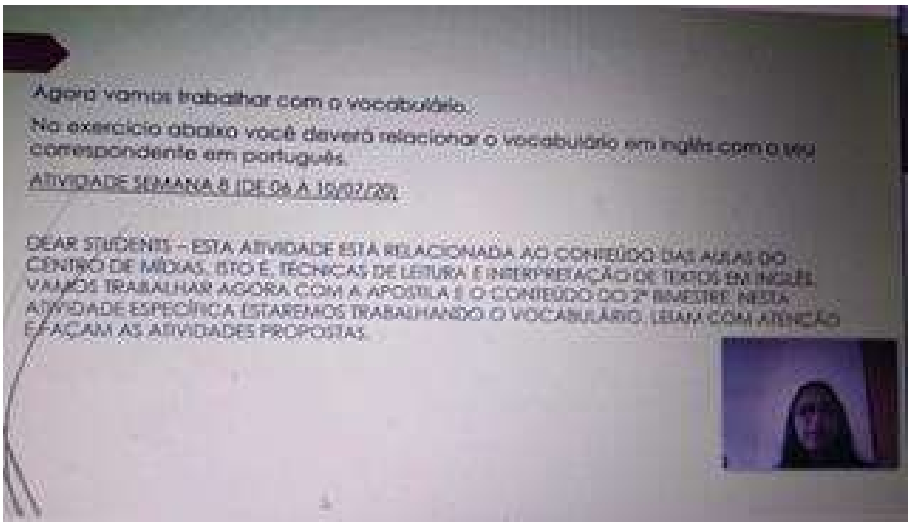

Figura 3 – Atividades aula Natural Desasters

Fonte: Autores (2020)

As atividades foram elaboradas quinzenalmente pelas professoras (de inglês e da sala de recursos) e disponibilizadas separadamente por aluno na secretaria da escola e retiradas pelos mesmos ou por seus responsáveis. Vale ressaltar que foram seguidas as orientações de segurança com a obrigatoriedade do uso de máscaras e álcool gel.

A figura 4 apresenta um exemplo das atividades impressas com adaptação do conteúdo referentes aos tipos de necessidades que acometem pessoas que passam por desastres naturais (Natural Desasters).

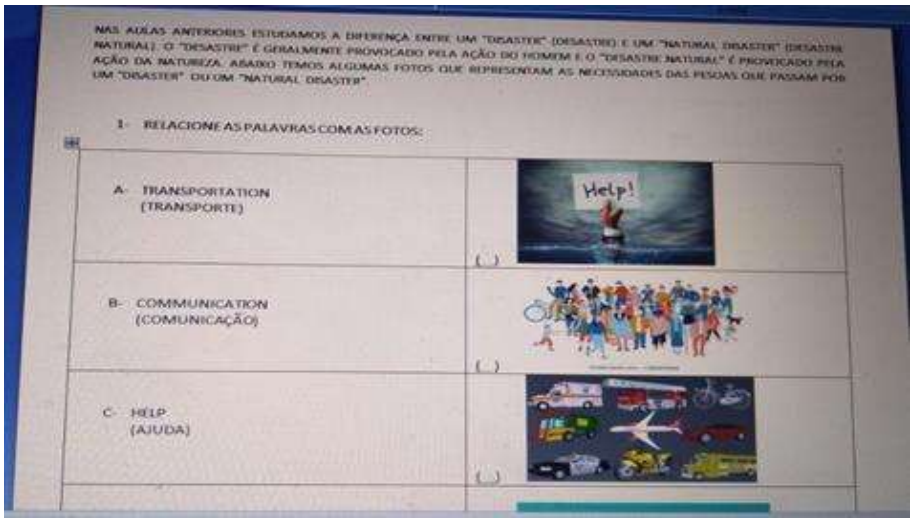

Figura 4 – Atividade Adaptada Desastres Naturais

Fonte: Autores (2020)

Os resultados desta ação foram mensurados mediante a participação e entendimento dos alunos durante as atividades, sendo observados, portanto o engajamento dos estudantes e o envio das tarefas à professora de língua inglesa.

Assim como toda atividade pedagógica, os conteúdos ministrados tiveram que ser minimamente planejados e em alguns momentos houve a necessidade de estudos da equipe que compõe este trabalho em relação à utilização dos recursos tecnológicos, fatores estes que estreitou os vínculos entre as profissionais envolvidas.

Após a aplicação das atividades, foi possível visualizar um maior entusiasmo dos alunos para com as atividades de língua inglesa demonstrada a partir de um maior engajamento e interesse nas aulas, antes poucos alunos entravam na plataforma para acesso às atividades, agora com a dinamização das aulas, houve um crescimento significativo de participações. Além disso, os alunos demonstraram estar gostando por meio das mensagens enviadas pelo *WhatsA pp* como: “Gostei da aula, assim (explicada) fica mais fácil” ou “Desse jeito consigo fazer”.

Esse dado evidencia que o uso de vídeos e explicações desperta nos alunos o interesse pelas atividades, por deixá-las dinâmicas e visuais, sendo, portanto, um recurso que deve ser explorado não somente durante as aulas remotas (CORREA, 2002).

O uso de imagens durante as explicações torna as aulas visuais e de mais fácil compreensão, uma vez que a imagem permite que o estudante realize a correspondência entre aquilo que é dito e o que é interpretado.

Outro fator que pode ser observado durante esse estudo, foi que os estudantes passaram a ver o inglês como uma língua possível de ser aprendida mesmo que remotamente, visto que houve um pequeno aumento de alunos com deficiência intelectual engajados nas atividades, o que indica que as adaptações curriculares são fundamentais para efetivação da inclusão escolar (MINETTO, 2008).

Assim sendo, pode-se dizer que embora a utilização do *Power Point* e de vídeos explicativos necessitem de maiores estudos e aprofundamentos por parte da equipe escolar, são ferramentas promissoras no processo ensino e aprendizagem.

CONCLUSÃO

O direito educacional dos alunos PAEE tem sido preconizado pelas legislações atuais, porém a garantia de acesso e sucesso escolar tem se tornado um desafio, principalmente para os alunos com deficiência intelectual que possuem características peculiares e a necessidade específicas para seu desenvolvimento educacional.

O ano de 2020 tem se tornado avassalador e assustador, pois em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID-19 e o fechamento das escolas, trouxeram à tona o enfrentamento de muitas reflexões, impactos e provocações. Desta forma, escolas e educadores tem se reinventado na tentativa de ofertarem melhores condições de acesso aos processos educacionais.

O presente relato de experiência demonstra as etapas de planejamento e colaboração da professora de inglês e especialista, como primordial para adoção de estratégias condizentes para os alunos com deficiência intelectual. Durante o período de isolamento social, o planejamento e trabalho de colaboração, tem sido essencial, uma vez que há a necessidade de se pensar e refletir com constância acerca das práticas, buscando as aulas atrativas e o estreitamento dos vínculos entre a escola e os estudantes.

O uso das tecnologias, impostas no momento atual, demonstra a possibilidade de seu uso e um direcionamento para novas formas de ensinar. Os dados apontaram a importância do uso de imagens e explicações aos alunos sobre as atividades ministradas e a utilização de ferramentas digitais, uma vez que eles se sentem acolhidos e convidados a participarem das aulas.

Pensar em atingir todos os alunos implica em respeitar as peculiaridades de cada estudante e por isso deve-se oferecer o máximo possível de recursos que visem à aprendizagem significativa, o que de certa forma perpassa o uso das adaptações curriculares para os alunos Público Alvo da Educação Especial.

Assim sendo, acredita-se que a utilização desses recursos deve abranger outras disciplinas e não somente a de inglês e espera-se que este estudo sirva de alento a todos os professores que buscam por práticas que valorizem a aprendizagem e participação dos alunos.

REFERÊNCIAS

AAIDD. **Definition of mental retardion**. (2010). Disponível em: http://www.aamr.org/polices/faq_mental_retardion.shml. Acesso em: 10 set. 2020.

ABREU, B. M. Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, 2020.

AVELINO, W.F.; MENDES, J.G. **A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19.** Boletim de conjuntura (BOCA). Ano II, vol. 2, n. 5, Boa Vista, 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional especializado:** Deficiência mental. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 934**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, 01 abri. 2020.

BRASIL. **Parecer 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abri. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP Nº: 9/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jul. 2020.

CERICATO. I. L. SILVA. J. L. B. **Educação e formação em tempos e cenários de pandemia: entrevista com Magali Aparecida Silvestre.** Revista OLHARES, v. 08, n. 02 – Guarulhos, ago. de 2020.

CORREA, J. Novas tecnologias da informação e da comunicação: novas estratégias de aprendizagem. In: COSCARELLI, C. V. (ORG) Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 43-50.

DENARI, Fátima. **Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial**: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

FERNANDES, C. S. **Representações e construção da identidade do professor de inglês**. São Paulo: PUC, 2006.

JANUZZI, G.M de. A **educação do Deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. 3. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2004. 211 p. (Coleção educação contemporânea).

LIMA, A. L. S; DANTAS, C. V. Alfabetização e letramento: um estudo de caso nos primeiros anos do ensino fundamental na escola pública de Jandira**. Revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós**, 2013.

LOPES, E. Adequação Curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual. 2010. 166 f. **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2010.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Rev. Bras. Educ**. [online]. 2006, vol.11, n.33, pp.387-405.

MINETTO, M. de F. Currículo na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio. **Revista Atual**. ampl.—Curitiba:ibpex, 2008.

OLIVEIRA, A. A. S. Adequações curriculares na área da deficiência intelectual: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Orgs.). **Inclusão escolar:** as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

PINKE, A. **Projeto Político Pedagógico**. 2015.

POLIDÓRIO, V. **O Ensino da Língua Inglesa no Brasil**. Revista Unioeste.

ROSSATO, S. M.; CONSTANTINO, E. P.; MELLO, S. A. **O ensino da escrita e o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual.** Psicologia em estudo, Maringá, v.18, n. 4, 2013.

SANTOS, T. C. C. **Educação Inclusiva:** práticas de professores frente à deficiência intelectual. 2012. 200p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Natal.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. **Resolução n. 61/2014.** Diário Oficial do Estado. São Paulo, 14 de janeiro de 2014.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. **Nota Técnica 4/2015.** Diário Oficial do Estado. São Paulo, 15 de janeiro de 2015.

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Tradução: LOPES, M. F. Editora: Artmed, Porto Alegre, 1999.

VIEIRA. L. RICCI. M. C. C. A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: SOLUÇÕES EMERGENCIAIS PELO MUNDO. **Revista Observatório do ensino Médio de Santa Catarina**. Editorial de abril/2020. Disponível em: https://www.udesc.br/ensinomedioemsc. Acesso em: 10 de set. 2020.

WORLD BANK GROUP. **Políticas Educacionais na Pandemia do COVID-19**: O que o Brasil pode aprender com o resto do mundo? Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-education-policy-covid-19-coronavirus-pandemic> Acesso em: 10 set.2020.